

TÍTULO

IMPACTOS DO CAPITALISMO NO MODO DE TRABALHO DOS EXTRATIVISTAS DE AÇAÍ DAS ÁREAS DE VÁRZEA FRENTE ÀS PRESSÕES DA PRODUÇÃO EM MAIOR ESCALA

TÍTULO

IMPACTS OF CAPITALISM ON THE WORK PRACTICES OF AÇAÍ EXTRACTIVISTS IN FLOODPLAIN AREAS IN THE FACE OF PRESSURES FOR LARGE-SCALE PRODUCTION

Marcelo Edgard de Moraes Maia¹
Júlio Cezar Suzuki²
Roberta de Fátima Rodrigues Coelho³
Maria José Souza Barbalho⁴

Área Temática 03
Modalidade: Artigo Científico

Resumo

A ascensão do açaí a *commodity* global transforma sua cadeia produtiva, pressionando comunidades extrativistas de várzea e levantando questões sobre sustentabilidade socioambiental e soberania alimentar frente à mercantilização da natureza. O estudo objetivou analisar os impactos da penetração capitalista nos processos de trabalho dos extrativistas de açaí, debatendo como a pressão competitiva da produção em larga escala reconfigura suas práticas laborais e condições socioeconômicas. Adotou-se uma abordagem qualitativa, com delineamento descritivo-analítico, fundamentada na análise crítica de dados secundários (quantitativos e qualitativos) e revisão bibliográfica, utilizando triangulação de informações. Os resultados indicam que a crescente demanda por açaí impulsiona a transição de sistemas extrativos para modelos de cultivo, alterando o trabalho tradicional, aumentando a dependência do mercado e o poder de intermediários. Essa intensificação gera significativas tensões socioambientais, como perda de biodiversidade e riscos à soberania alimentar, reproduzindo a lógica capitalista de priorização do lucro sobre a sustentabilidade socioambiental. Conclui-se que a expansão capitalista sobre o extrativismo de açaí, apesar de potenciais ganhos de renda, intensifica vulnerabilidades e ameaça a autonomia comunitária. Urge a necessidade de políticas públicas eficazes e o fomento a alternativas, como a Economia Solidária e os Sistemas Agroalimentares Locais, para conciliar a valorização econômica do açaí com justiça social e conservação ambiental.

Palavras-Chave: Economia Solidária; Capitalismo; Desenvolvimento Rural; Sistemas Agroalimentares Locais; Comunidades Extrativistas de Açaí.

Abstract

The ascent of açaí to the status of a global commodity is transforming its value chain, thereby exerting pressure on traditional floodplain extractivist communities and raising critical questions regarding socio-environmental sustainability and food sovereignty amidst the increasing commodification of nature.

¹ Docente do IFPA - Instituto Federal do Pará; e-mail: marcelo.maia@ifpa.edu.br

² Docente da USP – Universidade de São Paulo; e-mail: jcsuzuki@usp.br

³ Docente do IFPA - Instituto Federal do Pará; e-mail: roberta.coelho@ifpa.edu.br

⁴ Docente do UFPA – Universidade Federal do Pará; e-mail: mjsbufpa@gmail.com

This study sought to analyze the impacts of capitalist encroachment on the labor processes of açai harvesters, examining how the competitive pressures stemming from large-scale production are reshaping their traditional work practices and socioeconomic conditions. A qualitative approach with a descriptive-analytical design was employed, grounded in the critical analysis of secondary data (both quantitative and qualitative), a comprehensive literature review, and the triangulation of information. The findings indicate that the escalating demand for açai is driving a transition from traditional extractive systems to cultivation models. This shift is altering established labor practices, heightening market dependence, and amplifying the power of intermediaries. This intensification engenders significant socio-environmental strains, including biodiversity loss and threats to food sovereignty, consequently perpetuating a capitalist rationale that prioritizes profit over socio-environmental sustainability. The study concludes that capitalist expansion into açai extractivism, notwithstanding potential income benefits, exacerbates vulnerabilities and jeopardizes community autonomy. There is an urgent need for effective public policies and the cultivation of alternatives—such as the Solidarity Economy and Local Agro-food Systems—to reconcile the economic valorization of açai with the imperatives of social justice and environmental conservation.

Key words: Solidarity Economy; Capitalism; Rural Development; Local Agri-Food Systems; Açai Extractivist Communities

1. Introdução

O açai, fruto amazônico, ascendeu de alimento local a commodity global devido às suas propriedades nutricionais, transformando sua cadeia produtiva. Comunidades extrativistas de várzea, dependentes deste recurso, sofrem pressão por produção em maior escala devido ao consumo crescente, o que demanda compreensão das dinâmicas socioeconômicas e ambientais e da vulnerabilidade desses produtores. O artigo examina as intersecções entre desenvolvimento rural, sistemas agroalimentares e a lógica capitalista em fronteiras extrativas.

A expansão do mercado de açai reflete a mercantilização da natureza e a integração, muitas vezes assimétrica, de economias locais em circuitos globais, levantando questões sobre sustentabilidade socioambiental e soberania alimentar, apesar do potencial de aumento de renda. O estudo foca nos impactos do capitalismo sobre os processos de trabalho e as condições socioeconômicas dos extrativistas de açai.

O desenvolvimento rural na Amazônia é caracterizado por tensões entre a visão desenvolvimentista, caracterizado pelo crescimento econômico via modernização capitalista, que frequentemente negligencia aspectos socioambientais (Becker, 2007; Monte-Mór, 2006; Veiga, 2000) e a conservacionista que visa a preservação dos ecossistemas de várzea.

Políticas estatais historicamente promoveram o agronegócio (Neumann, Fajardo e Marin, 2017), e, embora pressões ambientais tenham reorientado parcialmente as políticas, persistem contradições.

Neste contexto, os Sistemas Agroalimentares (SA), definidos pela FAO (2018), e os Sistemas Agroalimentares Locais (SAL) – que valorizam conexões territoriais, sustentabilidade

e proximidade (Souza, 2020; Díaz-Bautista, 2001; Martinez et al., 2010) – emergem como alternativas, buscando a descomoditização e o fortalecimento de laços éticos (Fornazier; Belik, 2013; Marsden; Banks; Bristow, 2000).

Contudo, a lógica capitalista, que prioriza o lucro em detrimento de limites ecológicos e da equidade social (Fonseca, 2024), desafia os SAL. A crítica ecológica de Marx (2013) é relevante para analisar a insustentabilidade do sistema. O extrativismo de açaí situa-se nesta tensão: a crescente demanda intensifica a produção (transição para sistemas manejados/cultivados), com potenciais ganhos de renda, mas também com implicações socioambientais como perda de biodiversidade (Homma, 1993; Freitas et al., 2015). A pressão competitiva reconfigura o trabalho, aumenta a dependência do mercado e beneficia desproporcionalmente intermediários (Garcia et al., 2018; Rognitz; Sills; Bauch, 2007).

A economia solidária (ES), baseada na cooperação e autogestão (Singer, 2004; Gaiger, 2003), surge como alternativa, com potencial para comunidades extrativistas (Kuyven, 2020; Rego, 1999; Lescure, 2000).

A lacuna investigativa reside na necessidade de uma análise crítica aprofundada de como estas macrotendências e debates teóricos se concretizam nas transformações do trabalho e nas condições socioeconômicas dos extrativistas de açaí em áreas de várzea. O estudo visa investigar as contradições e custos socioambientais subjacentes, para além da simples constatação do aumento de produção e renda, articulando a penetração capitalista com as minúcias do trabalho extrativista e suas implicações para a sustentabilidade e autonomia comunitária.

A pesquisa é relevante pela urgência em compreender as dinâmicas socioeconômicas e ambientais da expansão do mercado do açaí. Ao analisar os impactos da lógica capitalista sobre o trabalho tradicional, o estudo subsidia debates sobre desenvolvimento justo e sustentável na Amazônia. As transformações observadas (intensificação do trabalho, pressão sobre biodiversidade, riscos à soberania alimentar) necessitam de reflexão crítica. A contribuição do estudo está em sua abordagem contextualizada, conectando experiências locais a debates teóricos sobre capitalismo, desenvolvimento rural, SA e ES, e reforçando a pertinência de alternativas sustentáveis.

O objetivo central é analisar os impactos da penetração capitalista nos processos de trabalho dos extrativistas de açaí em áreas de várzea, buscando debater como a pressão competitiva reconfigura suas práticas laborais e condições socioeconômicas. As questões norteadoras são: 1) Como a integração do açaí ao mercado capitalista transforma o trabalho

tradicional e a reprodução socioeconômica nas comunidades de várzea? 2) Quais tensões e contradições socioambientais emergem da intensificação da produção e como afetam a sustentabilidade e a soberania alimentar? 3) Como as reconfigurações laborais e socioeconômicas dialogam com modelos de desenvolvimento hegemônicos e alternativas como ES e SAL?

Após esta introdução, o artigo apresentará a metodologia que realizará em "Resultados e Discussões", a apresentação e análise crítica de dados secundários e da literatura, articulando informações quantitativas e qualitativas sobre produção, comercialização, valor do açaí e dinâmicas socioeconômicas e ecológicas do extrativismo para uma compreensão mais aprofundada de suas transformações. Em seguida será apresentada a seção resultados e discussões onde será explorado empiricamente os impactos da dinâmica capitalista no modo de trabalho dos extrativistas de açaí das áreas de várzea frente às pressões da crescente demanda pelo fruto e da consequente necessidade de produção em maior escala e posteriormente serão explanadas as considerações finais que sintetizarão as observações, resultados do estudo, limitações, sugestões para pesquisas futuras e possíveis implicações.

2. Metodologia

A presente seção metodológica detalha o percurso investigativo empregado para analisar como a pressão competitiva, oriunda da produção em larga escala e impulsionada pelo sistema capitalista, reconfigura as práticas laborais e as condições socioeconômicas de comunidades extrativistas de açaí em áreas de várzea. O delineamento aqui exposto foi concebido para prover uma compreensão crítica dessas transformações, servindo como elo fundamental entre os objetivos estabelecidos na Introdução e os dados apresentados e debatidos na seção de Resultados e Discussões.

A pesquisa adota uma abordagem predominantemente qualitativa, com delineamento descritivo-analítico, fundamentada na análise crítica e interpretativa de dados secundários (quantitativos e qualitativos) e de um vasto corpus bibliográfico. Essa escolha se justifica pela complexidade do fenômeno e pela necessidade de articular múltiplas dimensões da realidade (das estatísticas de produção às vivências comunitárias). Orientada por um paradigma da ciência social crítica, a pesquisa visa analisar relações de poder, contradições e tensões no processo de mercantilização do açaí.

O universo da pesquisa são as comunidades extrativistas de açaí em áreas de várzea na Amazônia brasileira. O estudo utiliza exclusivamente fontes secundárias:

• **Literatura Científica e Especializada:** Foi realizada uma ampla revisão bibliográfica, englobando artigos acadêmicos, livros, teses, dissertações e relatórios técnicos de instituições renomadas. Este levantamento abrangeu temas centrais como desenvolvimento rural na Amazônia, sistemas agroalimentares (SA) e sistemas agroalimentares locais (SAL), teorias sobre capitalismo e suas críticas ecológicas, economia solidária como alternativa, o extrativismo do açaí, seus impactos socioambientais, e as dinâmicas da cadeia produtiva, incluindo o papel de intermediários. Autores como Becker, Monte-Mór, Veiga, Neumann, Fajardo e Marin, Kageyama, FAO, Fonseca, Marx, Singer, Gaiger, Homma, Freitas et al., e Santos et al. foram centrais para a construção do arcabouço teórico e analítico.

• **Dados Estatísticos Oficiais:** Dados quantitativos do IBGE (PEVS e PAM) sobre produção e valor do açaí.

• **Estudos de Caso e Pesquisas Anteriores:** Resultados de pesquisas empíricas relevantes, como o estudo de Santos et al. (2019) sobre famílias extrativistas na Ilha das Cinzas (PA). A seleção dessas fontes visou um panorama multifacetado, permitindo a triangulação de informações para uma análise crítica. Os procedimentos de coleta e sistematização dos dados secundários incluíram:

• **Levantamento Bibliográfico Sistemático:** Busca em bases de dados acadêmicas e repositórios, principalmente no Scielo e Scopus.

• **Coleta de Dados Estatísticos:** Acesso a dados do IBGE (majoritariamente de 2018-2023).

• **Seleção e Extração de Dados de Estudos Anteriores:** Identificação e extração de dados de pesquisas relevantes, como o estudo de Santos et al. (2019). A sistematização envolveu fichamentos, organização de dados estatísticos e categorização de informações qualitativas.

A análise dos dados foi integrada e crítica, compreendendo:

• **Análise Crítica da Literatura:** Identificação de conceitos e debates teóricos para fundamentar a pesquisa.

• **Análise Estatística Descritiva:** Análise de dados do IBGE para identificar tendências na produção e valor do açaí.

• **Análise de Conteúdo dos dados qualitativos secundários:** Identificação de temas e padrões em estudos de caso, como o de Santos et al. (2019).

- Articulação Teórico-Empírica e Triangulação: Constante ligação entre teoria e dados empíricos, utilizando a triangulação para tornar as interpretações mais robustas.

O rigor científico foi buscado pela seleção criteriosa de fontes (IBGE, FAO, literatura revisada por pares), transparência na apresentação dos dados, análise crítica e reflexiva, e triangulação de informações.

Em termos éticos, o estudo utilizou exclusivamente dados secundários de domínio público, não requerendo submissão direta a um Comitê de Ética. Pressupõe-se que os estudos primários citados seguiram protocolos éticos. Desta forma a metodologia permitiu uma análise abrangente e crítica do tema.

3. Resultados/Discussões

O crescente consumo de açaí, em âmbitos nacional e internacional, impõe transformações significativas aos seus modos de produção. Tal cenário evidencia a urgência por práticas produtivas mais eficientes e sustentáveis, com especial atenção às comunidades extrativistas, reconhecidamente o segmento mais vulnerável desta cadeia.

Em consonância com o objetivo central deste estudo, busca-se analisar os impactos da penetração capitalista nos processos de trabalho dos extrativistas de açaí em áreas de várzea. Os dados apresentados a seguir fornecem subsídios para debater como a pressão competitiva, oriunda da produção em larga escala e impulsionada pelo sistema capitalista, reconfigura as práticas laborais e as condições socioeconômicas dessas comunidades, preparando o terreno para uma análise crítica das transformações em curso.

A complexidade dos estudos de desenvolvimento rural aumenta pela ausência de consenso sobre a definição de território rural ou urbano, especialmente no Brasil, onde o rural é frequentemente visto como espaço residual. Segundo Monte-Mor (2006), essa distinção amplia a complexidade dos estudos na área pois a falta de consenso na delimitação teórica agrava-se pela incorporação de novos elementos ao longo do tempo, o que desafia a análise.

Essa dificuldade transcende fatores geográficos, envolvendo dinâmicas socioeconômicas e culturais onde a crescente interdependência entre territórios rurais e urbanos dificulta uma separação clara. No Brasil, a delimitação rural segue um modelo político-administrativo que define o rural como residual, ou seja, não urbano (Veiga, 2000; Abramovay, 2003).

No século XX, o espaço rural brasileiro vivenciou transformações marcadas pela tensão entre modernização capitalista e a resistência de grupos marginalizados onde políticas estatais

promoveram o agronegócio, reconfigurando dinâmicas territoriais e sociais, frequentemente em detrimento de práticas agrícolas tradicionais. Neste cenário, Neumann, Fajardo e Marin (2017) demonstram que, entre as décadas de 1970 e 1990, o objetivo central das políticas de desenvolvimento rural foi consolidar o agronegócio como modelo dominante, inclusive na Amazônia onde pequenos produtores familiares, por meio de lutas e organizações coletivas, buscaram preservar seu espaço.

A década de 1990 marcou uma inflexão nas políticas para a Amazônia, com a emergência de demandas ambientais que reorientaram as prioridades do desenvolvimento regional. Pressões ambientais nacionais e internacionais alteraram essas políticas, substituindo abordagens desenvolvimentistas por políticas ambientalistas (Becker, 2007). Kageyama (2008, p. 76) aponta como elementos condicionadores da promoção do desenvolvimento rural os seguintes itens:

- a) a integração mercantil com cidades da própria região: o dinamismo econômico das cidades de médio porte, principalmente pela criação de atividades terciárias, favorece o desenvolvimento das comunidades rurais adjacentes.
- b) a combinação de uma agricultura familiar consolidada com um processo de urbanização e industrialização descentralizado, gerando um mercado local de consumo de produtos diversificados e fornecimento de matérias-primas e mão-de-obra rural para a indústria local.
- c) a pluriatividade das famílias rurais, que permite a retenção de população e a redução do êxodo rural.
- d) a diversidade das fontes de renda, que permite maior autonomia (menor dependência da atividade agrícola exclusiva) e menor instabilidade de renda.
- e) os programas de geração de emprego e de melhoria da qualidade de vida, que atenuem as migrações e o isolamento.
- f) a existência de recursos territoriais que permitam produzir para mercados específicos (vinhos, turismo, etc.), possibilitando a internalização de externalidades positivas.

As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil consolidaram-se como instrumentos de desenvolvimento sustentável ao conectar produção local e demandas institucionais. Segundo Marques (2021), programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) promovem o desenvolvimento sustentável ao fortalecer a agricultura familiar. De acordo com o autor, essas iniciativas, via compras públicas, criam oportunidades de escoamento da produção e geram benefícios como dinamização da economia local, incentivo à transição agroecológica, valorização de produtos, planejamento produtivo, organização associativa e promoção da segurança alimentar e nutricional.

Todo esse debate sobre desenvolvimento sustentável enfatiza a interconexão entre dimensões sociais, culturais, econômicas e ambientais, com os sistemas agroalimentares como eixo central. A FAO (2018) define sistemas agroalimentares como o conjunto de processos,

atividades e relações na produção, processamento, distribuição, consumo e descarte de alimentos. E de acordo com o órgão abrangem:

- Produção: cultivo, criação de animais, pesca, extrativismo.
- Processamento: transformação de matérias-primas.
- Distribuição: logística, transporte, armazenamento, comercialização.
- Consumo: escolhas alimentares, hábitos culturais, acesso.
- Gestão de resíduos: descarte, reciclagem, reaproveitamento (FAO, 2018).

Esses sistemas envolvem múltiplos atores e integram dimensões socioeconômicas, ambientais e culturais. No desenvolvimento rural, sistemas agroalimentares sustentáveis promovem segurança alimentar, reduzem impactos ambientais, asseguram equidade social e fortalecem cadeias produtivas locais (FAO, 2018).

Nesse contexto, os Sistemas Agroalimentares Locais (SAL) emergem, priorizando a conexão entre atores e territórios para valorizar características regionais e fortalecer a sustentabilidade local. Os SAL são redes de organizações de produção e serviços vinculadas a um território específico (Díaz-Bautista, 2001).

A valorização de cadeias produtivas locais consolida-se como estratégia para promover sustentabilidade e fortalecer a agricultura familiar, pois segundo Souza (2020), os SAL surgiram como alternativa para criar mercados para a agricultura familiar, baseados em produção e consumo locais, sustentabilidade, territorialidade e proximidade.

A reconfiguração das cadeias agroalimentares prioriza a proximidade e a multifuncionalidade dos agricultores. Martinez et al. (2010) descrevem os SAL como sistemas que abrangem mercados de agricultores, produtos heterogêneos e cadeias curtas, onde agricultores também realizam marketing.

O conceito de alimento local vincula-se parcialmente à proximidade geográfica, mas também abrange a identidade do produtor e preocupações éticas sobre seu modo de vida. Fatores como enraizamento social, cultura e conexões sociais complementam essa noção (Marsden; Banks; Bristow, 2000; Martinez et al., 2010).

A insatisfação com o modelo tradicional impulsiona alternativas que valorizam a proximidade, assim os SAL suprem deficiências do modelo convencional, promovem a descomoditização dos alimentos e a conexão entre produtores e consumidores (Fornazier; Belik, 2013). Os SAL fortalecem economias regionais via comércio ético e justo, com produtos que valorizam características locais, naturais, saudáveis e confiáveis (Aguiar; Del Grossi; Thomé, 2018, p. 1).

Contudo, a promoção de sistemas agroalimentares locais (SAL) e éticos enfrenta desafios da lógica capitalista, que compromete a sustentabilidade ambiental. Para Fonseca

(2020), a valorização de práticas locais e éticas é afetada pela dinâmica do capital que, ao priorizar o lucro, ignora limites ecológicos, gerando crises ambientais e esgotamento de recursos. Reinterpretações contemporâneas de Marx destacam a crítica ecológica em sua análise do capitalismo onde estudos recentes utilizam conceitos como metabolismo, ruptura metabólica, alienação e teoria do valor para revelar a dimensão ecológica de sua obra. Segundo Fonseca (2024), o capital é uma relação social centrada na expropriação do valor e do trabalho para maximizar o lucro.

Marx (2013, p. 307) define o capital como "trabalho morto que, como um vampiro, sobrevive apenas ao extrair trabalho vivo", define também o mais-valor como o valor excedente produzido pelo trabalhador além do necessário para sua subsistência, apropriado pelo capitalista como lucro e base da acumulação.

Com as desvantagens do capitalismo, especialmente para comunidades extrativistas com carências socioeconômicas históricas, o desenvolvimento solidário surge como modelo alternativo baseado na cooperação e equidade. Ele promove forças produtivas e relações de produção que asseguram crescimento sustentável, preservação ambiental e redistribuição equitativa de benefícios, priorizando grupos marginalizados (Singer, 2004). O autor também argumenta que, com a predominância da economia solidária, o progresso tecnológico atenderá necessidades coletivas, superando a lógica competitiva capitalista. Desta forma, o desenvolvimento solidário valoriza igualdade, autorrealização, inclusão social e integra avanços científicos sob critérios ambientais e autogestionários.

A tensão entre modelos econômicos revela a oposição entre a lógica competitiva do capitalismo e os princípios cooperativos da economia solidária. Para Singer (2004), o desenvolvimento capitalista prioriza livre mercado, competição, individualismo e Estado mínimo, porém o desenvolvimento solidário, conduzido por cooperativas e pequenas firmas associadas, organiza-se em redes e valoriza cooperação e ajuda mútua.

A economia solidária se consolida como resposta às desigualdades do capitalismo, propondo um modelo de desenvolvimento com equidade e cooperação. Singer (2004) afirma que ela surgiu como resposta às injustiças do desenvolvimento capitalista, buscando distribuir benefícios e prejuízos de forma mais equitativa. A economia solidária ganha relevância ao articular cooperação e justiça social contra lógicas neoliberais onde apoiada por ativistas, organizações sociais e órgãos públicos, desperta interesse por sua viabilidade e pela socialização dos meios de produção e trabalho. Para Gaiger (2003), setores da esquerda reconhecem a economia solidária como nova manifestação das lutas populares, alternativa às

desigualdades e ao capitalismo. Para o autor, o modo de produção capitalista surge da integração de quatro características econômicas anteriormente distintas.

- a) um regime de produção de mercadorias, de produtos que não visam senão ao mercado;
- b) a separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, desprovidos e objetivamente apartados daqueles meios;
- c) a conversão da força-de-trabalho igualmente em mercadoria, sob forma de trabalho assalariado;
- d) a extração da mais-valia, sobre o trabalho assim cedido ao detentor dos meios de produção, como meio para a ampliação incessante do valor investido na produção.

A economia solidária desafia a hegemonia do capitalismo global ao criar espaços econômicos alternativos baseados na cooperação e confiança, ocupando nichos de mercado e estabelecendo práticas de troca baseadas na confiança (Gaiger, 2003). Surgida no final do século XX, define práticas coletivas como Empreendimentos de Economia Solidária (EES), voltadas à inclusão social e desenvolvimento territorial. Seus princípios incluem:

- i) associação voluntária; ii) posse coletiva dos meios de produção; iii) gestão autônoma e democrática (autogestão); e iv) repartição da receita líquida entre associados (Dal Ri, 1999; Singer, 2001; França Filho; Laville, 2006; Silva, 2017).

A economia solidária fortalece a preservação de práticas tradicionais e direitos coletivos. De acordo com Kuyven (2020), a organização associativa dos EES permite que seus membros mantenham modos de vida tradicionais, assegurando direitos e valorizando identidades. Um EES é ideal para comunidades extrativistas de açaí, pois a extração comercial de Produtos Florestais não Madeireiros (PFNMs) como o açaí (*Euterpe sp.*) é reconhecida como prática sustentável que conserva florestas e modos de vida tradicionais (Rego, 1999; Lescure, 2000; Rocha, 2004; Nygren et al., 2006).

Apesar do potencial dos PFNMs para aliar conservação e desenvolvimento, a efetividade das iniciativas depende da análise dos múltiplos fatores de sua produção e inserção socioeconômica. Iniciativas podem fracassar por compreensão insuficiente dos fatores que influenciam a produção de PFNMs, sua importância para a subsistência e seu potencial de integração em cadeias de valor (Herrero-Jáurequi et al., 2011; Shackleton et al., 2007; Shackleton; Pandey, 2014). A legislação brasileira atual favorece a atividade extrativista de PFNMs, com normas que regulamentam manejo e uso em unidades de conservação e permitem certificação orgânica (Calderon, 2013).

Nesse contexto favorável, o açaí se destaca pela relevância socioeconômica. Sua cadeia produtiva (extrativistas, produtores, intermediários, indústrias, batedores artesanais) é essencial na geração de renda para famílias de pequenos produtores (Tavares; Homma, 2015). Segundo Yuyama et al., (2011), a *Euterpe precatória* (açaí-da-mata) é única e ocorre em terra firme e baixios, para Rogez (2000) existe também a *Euterpe oleracea* que ocorre em igapós e várzeas,

crescendo em touceiras com máxima produção entre cinco e seis anos. Ressalta-se que a demanda por açaí cresce nos mercados nacional e internacional devido às suas propriedades energéticas, nutritivas, alto teor de fibras e antioxidantes (Rogez, 2000; Sampaio, 2006).

A quantidade de açaí coletado no Brasil tem aumentado, confirmando que essa forma de produção não foi abandonada. A Tabela 1 mostra que o açaí foi o produto extrativo alimentar mais produzido.

Tabela 1: Quantidade produzida na extração vegetal no Brasil

Grupo do produto	Brasil					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
1 - Alimentícios (Toneladas)	656 680	689 135	779 690	869 657	822 821	797 922
1.1 - Açaí (fruto) (Toneladas)	221 646	222 706	220 489	227 118	247 034	238 891
1.2 - Castanha-de-caju (Toneladas)	1 421	1 779	1 939	1 769	1 551	1 574
1.3 - Castanha-do-pará (Toneladas)	34 170	32 905	33 118	32 537	38 169	35 351
1.4 - Erva-mate (Toneladas)	346 941	371 659	426 034	505 504	441 755	425 829
1.5 - Mangaba (fruto) (Toneladas)	1 751	1 749	1 976	2 173	1 849	2 560

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal - 2023

O aumento da renda familiar é uma das maiores preocupações do extrativista. A Tabela 2 demonstra que o açaí gerou no Brasil a maior renda para extrativistas em comparação com outros alimentos, com valores crescentes ao longo dos anos, o que reflete a expansão da demanda e consolida sua relevância econômica.

Tabela 2: Valor da produção na extração vegetal (Mil Reais)

Grupo do produto	Brasil					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
1 - Alimentícios	1 209 942	1 228 894	1 499 984	1 843 571	1 838 112	1 854 764
1.1 - Açaí (fruto)	592 039	589 351	694 306	770 972	830 126	853 147
1.2 - Castanha-de-caju	4 241	5 272	5 953	6 515	5 704	5 814
1.3 - Castanha-do-pará	130 911	135 813	98 551	137 411	170 006	172 252
1.4 - Erva-mate	399 783	403 226	559 701	761 864	648 425	589 570
1.5 - Mangaba (fruto)	3 778	3 996	4 876	5 603	4 962	6 954

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal - 2023

Com relação ao Pará, o Ilustração 1 mostra que o valor da produção do fruto aumentou de 2019 a 2023 confirmando o debate acima no sentido de que a maior demanda impulsiona a maior oferta gerando com isso maior valor total produzido. A ilustração 2 mostra que o açaí foi produzido predominantemente por cultivo na maior parte do estado, confirmando o crescimento do cultivo de açaí em relação ao extrativismo, frente ao aumento da demanda e a concorrência cada vez maior com os produtores, refletindo a influência do processo capitalista de produção, com exploração crescente de terras e trabalhadores buscando sempre maior lucratividade.

Ilustração 1: Valor produzido (cultivo) de açaí de 2019 até 2023.

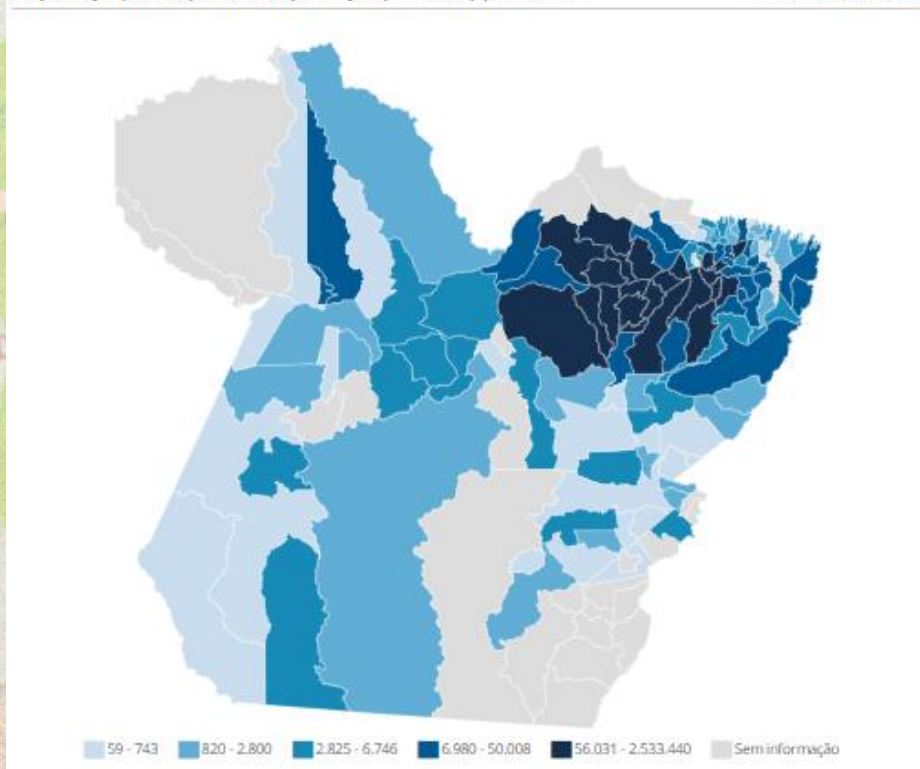


Fonte: IBGE - Produção da Açaí (cultivo) – 2023

Ilustração 2: Quantidade e o valor produzido do açaí no estado do Pará

Pará			
Valor da produção	7.784.160 Mil Reais (2023)	Estabelecimentos	35.374 Unidades (2017)
Quantidade produzida	1.576.302 Toneladas (2023)	Número de pés	100.159 Mil unidades (2017)
Área colhida	225.957 Hectares (2023)	Maior produtor	Igarapé-Miri - PA (2023)
Rendimento médio	6.976 Kg por Hectare (2023)		

Mapa - Açaí (cultivo) - Valor da produção (Mil Reais) | exibir Tabela



Fonte: IBGE - Produção da Açaí (cultivo) – 2023

Assim observa-se que a produção de açaí tanto no Brasil quanto no Pará cresce em paralelo com a demanda por consumo. Santos et al. (2019) afirmam que o açaí (*Euterpe oleracea*) desempenha papel central na alimentação e economia de famílias extrativistas da Amazônia. A Ilustração 3 mostra um extrativista de açaí nativo (*Euterpe oleracea*) realizando a coleta do fruto.

Ilustração 3: Extrativista da área de várzea coletando açaí.



Fonte: <https://www.emater.pa.gov.br/noticia/historia-de-cada-acai>

O estudo de Santos et al. (2019) quantificou o consumo e a venda de açaí por famílias extrativistas da Ilha das Cinzas (PA) com a técnica do "calendário do açaí". Durante março a junho de 2018, 28 famílias registraram diariamente consumo, produção e valor da rasa de açaí. O consumo total foi de 1.203 rasas (16.240,5 kg), média de 43 rasas (580 kg) por família onde abril teve o menor consumo e junho o maior, a venda totalizou 1.731,5 rasas (23.375,25 kg), média de 62 rasas (837 kg) por família. O consumo representou, em média, 41% da produção, influenciado pela entressafra. Março teve o menor volume vendido (42 rasas), e junho o maior (919 rasas). O valor médio da rasa variou de US\$ 21,86 (março) a US\$ 6,20 (junho), com mínimo de US\$ 2,69 e máximo de US\$ 61,83. Os resultados evidenciam a relevância do açaí para a soberania alimentar e economia da região estuarina amazônica. A atividade extrativista contribui com cerca de 70% da receita das famílias ribeirinhas (Santos; Azevedo-Ramos; Guedes, 2019). A Ilustração 4 mostra o extrativista preparando o açaí para o transporte.

Ilustração 4: Extrativista preparando o açaí para ser transportado



Fonte: Organização Internacional do trabalho - Imagem retirada do documento de diagnóstico rápido setorial da reprodução do açaí na Amazônia Brasileira

A Ilustração 5 mostra o açaí sendo transportado em uma das fases da cadeia produtiva

Ilustração 5: Açaí sendo transportado.



Fonte: Organização Internacional do Trabalho - Imagem retirada do documento de diagnóstico rápido setorial da reprodução do açaí na Amazônia Brasileira

Com o aumento na demanda do fruto, observa-se no Pará a transição do sistema extrativo (4,2 t/ha) para o manejado (8,4 t/ha) e o irrigado (15 t/ha), com potencial de aumento via inovações (Santos et al., 2012). Essa intensificação e transição dos modelos de produção de açaí acarretam implicações socioambientais profundas gerando impactos negativos. No Amazonas, a coleta, antes restrita, transformou-se em cultivo agroindustrial devido ao aumento das exportações e do consumo (Menezes, 2005). Além de alimento, o açaí tem usos medicinais: raiz e talo da folha para dores musculares e picadas de cobra; folha para dores torácicas; raiz contra malária e infecções hepáticas/renais; semente fornece óleo com propriedades antidiarreicas (Galotta, 2005). Sua certificação e valores nutricionais/medicinais ampliaram seu mercado (Bentes-Gama, 2005).

De acordo com Clement (2006), a integração de extrativismo e plantios agroflorestais pode superar obstáculos como qualidade variável e safras inconsistentes. Desta forma, observa-se a partir do debate acima que o crescimento no consumo de açaí no Brasil força extrativistas de várzea a alterar seu modo de produção de coleta para um modelo híbrido (coleta e cultivo) de modo a aumentar a sua produção e renda. Porém essa expansão da produção requer estratégias que conciliem produtividade e conservação, mas a falta de suporte técnico resulta em práticas insustentáveis.

Segundo Farias Neto et al. (2011), a crescente demanda por açaí impulsiona no Pará a conversão de áreas de terra firme abandonadas ou degradadas para o cultivo. Para Homma (1993), a intensificação da exploração extrativa no estuário do rio Amazonas transformou a floresta em quase monocultivo de *Euterpe oleracea*. Nas florestas inundáveis, extratores mantêm alta densidade de açaí (200 estipes/ha), reduzindo a diversidade arbórea em 50% e a riqueza de espécies pioneiras em 63% (Freitas et al., 2015).

A expansão do mercado de açaí intensificou a pressão sobre sistemas extrativistas tradicionais, com isso a demanda crescente pode não ser atendida pela oferta limitada do

sistema extrativo onde agricultores podem optar em não coletar por questões logísticas, comerciais ou políticas.

Desta forma Martinot (2017) afirma que famílias intensificam a produção pela domesticação do açaí em sistemas agrícolas. O avanço da economia global sobre recursos florestais modificou a relação das populações tradicionais com o extrativismo, que buscam otimizar benefícios econômicos.

Para Nogueira et al. (2013), a produção de açaí na região Norte duplicou no início da década, impulsionada pela entrada do Amazonas no mercado. Essa inserção influenciou o uso e manejo dos recursos e, por vezes, comprometeu a regeneração de algumas espécies (Jardim; Anderson, 1987; Nogueira, 1997).

A exploração intensificada requer compreensão dos efeitos do manejo sobre espécies nativas e ecossistemas onde modelo de manejo florestal influencia o desenvolvimento do açazeiro. Sabe-se que extrativistas ribeirinhos usam diversas técnicas (Jardim; Anderson, 1987; Nogueira, 1997; Queiroz; Mochiutti, 2001), contudo, os impactos dessas práticas permanecem parcialmente conhecidos.

A intensificação da exploração do açazeiro de várzea gera preocupações com impactos ambientais e sociais do manejo inadequado. Estudos indicam a necessidade de integrar fatores ecológicos, econômicos, sociais, ambientais e culturais para assegurar a sustentabilidade (Nogueira, 1997) onde a inobservância desses fatores pode acarretar graves consequências.

A ausência de políticas públicas eficazes para o setor extrativista reflete-se na estrutura fragmentada da cadeia produtiva do açaí e na vulnerabilidade dos pequenos produtores, disparidades regionais e locais contribuem para carência de regulamentação, baixos níveis de desenvolvimento e assimetrias de informação, nesse contexto, intermediários (atravessadores) emergem como principais beneficiários, influenciando a rotina dos extrativistas e estabelecendo o preço inicial (Garcia et al., 2018).

Essa falta de regulamentação acentua desigualdades e perpetua a exploração. O domínio dos intermediários afeta extrativistas com baixos níveis de organização, descapitalização e infraestrutura precária, prejudicando a renda familiar (Rugnitz; Sills; Bauch, 2007; Pepper; Alves, 2017).

O fomento à expansão do plantio de açaí com adubação química nas várzeas pode levar ao empobrecimento dos solos e contaminação das águas, risco potencializado pela falta de familiaridade dos extrativistas com o manejo de adubos e limitações ambientais (Santana et al., 2008). Intervenções sem conhecimento técnico diminuem a riqueza florística (Freitas et al.,

2015). A mercantilização acelerada do açaí transforma a relação dos extrativistas com os recursos naturais e afeta sua dinâmica socioeconômica, produtiva e alimentar (Ruiz-Perez et al., 2004; Lewis, 2008; Brondízio, 2008; Nogueira; Santana, 2009).

Alerta-se também para o fato de que toda essa crescente demanda por subprodutos do açaí eleva a renda das famílias extrativistas, mas pode comprometer a soberania alimentar dessas famílias na medida em que ficam sujeitas ao mercado capitalista e frente a concorrência se submetem a um modo de produção em maior escala através do monocultivo de açaí e eliminação das outras espécies o que acaba por comprometer a sustentabilidade da região.

Desta forma, o debate teórico evidencia que a inserção do açaí nas dinâmicas do mercado capitalista (impulsionado pela alta demanda e concorrência), embora possa gerar incrementos de renda (através do modo híbrido de produção), reproduz tensões análogas à crítica de Fonseca (2024) sobre a priorização do lucro em detrimento da sustentabilidade socioambiental. As transformações nos processos produtivos e a pressão por intensificação, com os consequentes impactos na biodiversidade e nas práticas tradicionais (Freitas et al., 2015; Santana et al., 2008; Martinot, 2017), ameaçam a soberania alimentar e a autonomia das comunidades extrativistas, conforme discutido. Este panorama desafia a efetivação de Sistemas Agroalimentares Locais (SAL) resilientes e éticos (Souza, 2020; Aguiar; Del Grossi; Thomé, 2018) e reforça a pertinência de modelos como a economia solidária (Singer, 2004), que propõem alternativas à lógica desenvolvimentista (Becker, 2007) ao buscar conciliar as dimensões econômicas, sociais e ambientais de forma equitativa e sustentável.

4. Considerações Finais

O estudo analisou como a pressão competitiva da produção em larga escala, impulsionada pelo capitalismo, reconfigura o trabalho e as condições socioeconômicas de comunidades extrativistas. A ascensão do açaí a *commodity* global, apesar do potencial de renda, gera questões sobre sustentabilidade socioambiental e soberania alimentar, refletindo a mercantilização da natureza.

Os principais achados indicam que a intensificação da demanda força a transição para modelos híbridos ou de cultivo, alterando o trabalho tradicional. Isso acarreta maior dependência do mercado e consolida o papel de intermediários, prejudicando os extrativistas. Constatou-se que a integração ao mercado capitalista transforma o trabalho; gera tensões socioambientais (perda de biodiversidade, ameaça à soberania alimentar); e que essas

transformações desafiam Sistemas Agroalimentares Locais (SAL) resilientes, reforçando a pertinência da Economia Solidária (ES) como alternativa à lógica desenvolvimentista.

A contribuição do estudo reside na articulação crítica entre o debate teórico (capitalismo, desenvolvimento rural, SAL, ES) e a análise de dados secundários, preenchendo uma lacuna sobre as reconfigurações laborais e socioeconômicas dos extrativistas de várzea. As implicações apontam para a necessidade de políticas públicas que promovam organização comunitária, suporte técnico sustentável, regulação da cadeia produtiva e valorização de modelos econômicos alternativos.

Recomenda-se para futuras pesquisas: estudos de campo longitudinais, investigações comparativas, análises sobre intermediários e a eficácia de políticas públicas, e o estudo do potencial de modelos híbridos para a sustentabilidade.

Em suma, a expansão capitalista sobre o extrativismo de açaí revela contradições, gerando renda, mas também intensificando vulnerabilidades socioambientais e ameaçando a autonomia comunitária. É imperativo buscar caminhos que conciliem valorização econômica, justiça social e conservação, com a ES e os SAL como horizontes promissores, embora desafiadores.

5. Referências

- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.149 p.
- AGUIAR, L. C.; DELGROSSI, M. E.; THOMÉ, K. M. **Short food supply chain: characteristics of a family farm**. *Ciência Rural*, v. 48, n. 5, 2018.
- BECKER, B. K. In: **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil**. Organizadores: Elimar Pinheiro do Nascimento e João Nildo Vianna. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BENTES-GAMA, M. M. et al. **Açaí (Euterpe spp.): características, formação de mudas e plantio para a produção de frutos**. Circular Técnica, Embrapa-RO. Porto Velho, 2005. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/859446/1/ct80acai.pdf>>. Acesso em: abril de 2025.
- BRONDIZIO, E. S. **The Amazonian caboclo and the açaí palm: Forest farmers in the global market**. New York: New York Botanical Garden Press, 2008.
- CALDERON, R. A. **Mercado de Produtos Florestais Não Madeireiros na Amazônia brasileira**. Tese (Doutorado em Ciências Florestais, Publicação PPGEFL) – Departamento de Engenharia Florestal, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.
- CLEMENT, C. R. **A Lógica do mercado e o futuro da produção extrativista**. In: VI Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia, Sessão 5: O (neo) extrativismo é viável socioambientalmente? Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, U. F. R. G. S., Porto Alegre, 2006.

DAL RI, N. M. (Org.). **Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho**. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.

DÍAZ-BAUTISTA, A. **Efectos de la globalización en la competitividad y en los sistemas productivos locales de México**. México: Observatorio de la Economía Latinoamericana, 2001. Disponível em: < www.eumed.net/cursecon/15/globalizacion.htm>. Acesso em Abril. 2026.

FAO. **Sustainable food systems: Concept and framework**. Food and Agriculture Organization of the United Nations. 2018 Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca2079en/CA2079EN.pdf>>. Acesso em Abril. 2025.

FARIAS NETO, J. T., RESENDE, M. D. V. e OLIVEIRA, M. S. P. **Seleção simultânea em progênes de açaizeiro irrigado para produção e peso do fruto**. Rev. Bras. Frutic., Jaboticabal-SP, v. 33, n. 2, p. 532-539, jun. 2011.

FONSECA, Í. G. D., & TONELO, I. **A teoria da crise do capital em Marx e a dimensão ecológica**. Estudos de Sociologia, Recife, v. 03, n. 30, p. 146-165, 2024

FORNAZIER, A.; BELIK, W. **Produção e consumo local de alimentos: novas abordagens e perspectivas para as políticas públicas**. Segurança Nutricional e Alimentar, v. 20, n. 2, p. 204-218, 2013.

FRANÇA, F. G. C.; LAVILLE, J. L. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

FREITAS, M. A. B.; VIEIRA, I. C.G.; ALBERNAZ, A. L. K. M.; MAGALHÃES, J. L. L.; LESS, A. C. **Floristic impoverishment of Amazonian floodplain forest managed for açai fruit production**. Forest Ecology and Management, 351, p.20-27, 2015.

GAIGER, L. I. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. Caderno CRH, 16(39), 181-211. 2003

GALOTTA, A. L. Q. A. e BOAVENTURA, M. A. D. **Constituintes químicos da raiz e do talo da folha do açaí (Euterpe precatória Mart., Arecaceae)**. Quím. Nova, v. 28, n. 4, p. 610-613, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422005000400011>. Acesso em: Abril. 2025.

GARCIA, W. S.; SANTANA, A.C.; NOGUEIRA, A. K. M.; MARTINS, C. M. **Demanda de produtos florestais não madeireiros: o caso do açaí e da castanha-do-pará**, Rev. Agro. Amb., v.11, n.4, p. 1039-1059, 2018. e-ISSN: 2176-9168. DOI: 10.17765/2176-9168.2018v11n4p1039-1059.

HERRERO-JÁUREGUI, C., POKORNY, B. e CASADO, M. A. **Coming down to Earth: a critical analysis of a Project for the commercialization of non-timber forest products in a community of Eastern Amazon**. Pesquisa Florestal Brasileira, v. 31, n. 66, p. 131-142, 2011.

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades**. EMBRAPA, Brasília, 1993.

JARDIM, M. A. G.; ANDERSON, A. B. **Manejo de populações nativas de açaizeiro no estuário amazônico - resultados preliminares**. Boletim de Pesquisa Florestal, 15, p.1-18, 1987.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. 2008.

KUYVEN, P. S., GAIGER, L. I., & SILVA, S. P. **Aspectos sociolaborais dos trabalhadores aderentes a empreendimentos de economia solidária no Brasil**. In S. P. Silva (Org.), Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas (pp. 155-192). Brasília: IPEA. 2020

- LESCURE, J. P. **Algumas questões a respeito do extrativismo**. In: EMPERAIRE, L. (Org.). A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia Central. São Paulo: UNESP, 2000.
- LEWIS, J. A. **The power of knowledge: information transfer and açai intensification in the peri-urban interface of Belém, Brazil**. *Agroforest Syst*, 74, p.293-302, 2008.
- MARQUES, F. J., & PONZILACQUA, M. H. P. **Mercados institucionais: garantia de desenvolvimento rural sustentável e segurança alimentar e nutricional**. *Revista R. Katál.*, Florianópolis, v.25, n. 3, 498-506. set.-dez. 2022 ISSN 1982-0259. 2021.
- MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. *Sociologia ruralis*, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000.
- MARTINEZ, S. et al. Local food systems: Concepts, impacts, and issues, ERR 97. **US Department of Agriculture, Economic Research Service**, v. 5, 2010.
- MARTINOT, J. F., PEREIRA, H. S., & SILVA, S. C. P. **Coletar ou Cultivar: as escolhas dos produtores de açai-da-mata (Euterpe precatoria) do Amazonas**. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba-SP, Vol. 55, Nº 04, p. 751-766. 2017.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro 1: O processo de circulação do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MENEZES, M. et al. **AMAZONAS. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas (SDS): Cadeia produtiva do açai no estado do Amazonas**. SDS, Série Técnica Meio Ambiente, v. 1, Manaus, 2005.
- MONTE-MÓR, R. L. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo**. *Revista Paranaense de Desenvolvimento* n.111, p.09-18, jul./dez. 2006.
- NEUMANN, E.; FAJARDO, S.; MARIN, M. Z. **As transformações recentes no Espaço rural brasileiro: Análises do papel do estado nas políticas de desenvolvimento rural das décadas de 1970 a 1990**. *RA'E GA - O Espaço Geográfico em Análise*, vol. 40, pp.177194, august, 2017.
- NOGUEIRA, A. K. M., SANTANA, A. C. e GARCIA, W. S. **The dynamics of açai market in Pará State from 1994 to 2009**. *Rev. Ceres*, Viçosa, v. 60, n. 3, p. 324-331, 2013. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/262720743_The_dynamics_of_acai_market_in_Par_a_State_from_1994_to_2009>. Acesso em: Abril. 2025.
- NOGUEIRA, O. L. **Regeneração, manejo e exploração de açazais nativos de várzea do estuário amazônico**. 1997. 149 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade Federal do Pará, 1997.
- NYGREN, A. et al. **Ecological, socio-cultural, economic and political factors influencing the contribution of non-timber forest products to local livelihoods: case studies from Honduras and the Philippines**. *Smallscale Forest Economics, Management and Policy*, v. 5, n. 2, p. 249-269, 2006. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11842-006-0013-5#page-1>>. Acesso em: Acesso em Abril 2025.
- PEPPER, L. G.; ALVES, L. F. N. **Small-scale açai in the global market: adding value to ensure sustained income for forest farmers in the Amazon Estuary**. In: **Florencia Montagnini (Org.)**. *Advances in Agroforestry*. 1 ed.: Springer International Publishing, 2017, v.2, p. 211-234
- QUEIROZ, J. A. L.; MOCHIUTTI, S. **Guia prático de manejo de açazais para produção de frutos**. Macapá: Embrapa Amapá, 2001, 24p. (Embrapa Amapá. Documentos, 26).
- REGO, J. F. **Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo**. *Ciência Hoje*, v. 25, n. 147, p. 62-65, 1999. Disponível em: <www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/extrativismo_neoextrativismo.pdf>. Acesso em: Abril 2025.

ROCHA, E. **Potencial ecológico para o manejo de frutos de açazeiro (*Euterpe precatória* Mart.) em áreas extrativistas no Acre, Brasil**. Acta Amaz. v. 34, n. 2, p. 237-250, Manaus, 2004. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/aa/v34n2/v34n2a11.pdf>. Acesso em Abril 2025.

ROGEZ, H. **Açaí: preparo, composição e melhoramento da conservação**. Belém: EDUFPA, 2000.

RUGNITZ, M. T.; SILLS, E.; BAUCH S. C. **Atravessadores de açaí (*Euterpe oleracea* Mart): Os dois lados da moeda**. Belém: IMAZON, 1ª ed., 2007. 25 p

RUIZ-PÉREZ, M. BELCHER, B. et al. **Markets drive the specialization strategies of forest peoples**. Ecol. Soc., v.9, n.2, p.4-27, 2004.

SAMPAIO, P. B. **Avaliação da capacidade antioxidante do açaí em plasma humano**. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos) – Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, local, 2006.

SANTANA, A.C.; COSTA, F. A. **Mudanças recentes na oferta e demanda do açaí no Estado do Pará**. In: SANTANA, A. C; CARVALHO, D. F; MENDES, A. F. T (Eds.). Análise sistêmica da fruticultura paraense: organização, mercado e competitividade empresarial, Belém, Banco da Amazônia, 2008. p.205-226

SANTOS, E. S.; AZEVEDO-RAMOS, C.; GUEDES, M. C. **Consumption and sale of açai palm fruit by extractivist families in the Amazon River Estuarine region**. XXV IUFRO World Congress Forest Research and Cooperation for Sustainable Development, Pesq. flor. bras., Colombo, v. 39, e201902043, Special issue, p. 1-768, 2019

SANTOS, J. C., SENA, A. L. S. e HOMMA, A. K. O. **Viabilidade econômica do manejo de açazeiros no estuário amazônico do Pará**. In: GUIDUCCI, R. C. N., LIMA FILHO, J. R. e MOTA, M. M. (Eds.). Viabilidade econômica de sistemas de produção agropecuários. Brasília: Embrapa, 2012, p. 351-409.

SHACKLETON, C. M. e PANDEY, A. K. **Positioning nontimber forest products on the development agenda**. Forest Policy and Economics, v. 38, p. 1-7, 2014. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1389934113001500>>. Acesso em: Abril 2025.

SHACKLETON, S., SHANLEY, P. e NDOEY, O. **Invisible but viable: recognising local markets for nontimber forest products**. International Forestry Review, v. 9, n. 3, p. 697-712, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1505/ifor.9.3.697>>. Acesso em: Abril 2025.

SILVA, S. P. **Análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos de economia solidária no Brasil**. Brasília: Ipea, 2017. (Texto para Discussão, n. 1945).

SINGER, P. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário**. Estudos Avançados, 18 (51), 2004.

SINGER. **Economia solidária versus economia capitalista**. Sociedade e Estado, v. 16, n. 1, 2001.

Souza, A. B., Fornazier, A., & Delgrossi, M. E. **Sistemas agroalimentares locais: possibilidades de novas conexões de mercados para a agricultura familiar**. Revista Ambiente e Sociedade, São Paulo. Vol. 23, 2020.

TAVARES, G. S. e HOMMA, A. K. O. **Comercialização do açaí no estado do Pará: alguns comentários**. Observatório de la Economía Latinoamericana. 2015.

VEIGA, J. E. da. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2000

YUYAMA, L. K. O. et al. **Caracterização físico-química do suco de açaí de *Euterpe precatória* Mart. oriundo de diferentes ecossistemas amazônicos**. Acta Amazônica, v. 41, n. 4, p. 545-552, 2011.